

UMA CIDADE COMO OBJETO DE CONSUMO: transformações urbanas em Ilhéus (1905-1933)*

A CITY AS AN OBJECT OF CONSUMPTION: urban transformations in Ilhéus (1905-1933)

Jânio Adrian Jesus Fernandes¹, Natânia Silva Ferreira²

Palavras-chave

Ilhéus.
Cacaucultura.
Modernização.
Urbanização.
Século XX.

Classificação JEL

N01, N09.

Keywords

Ilhéus.
Cocoa Farming.
Modernization.
Urbanization.
20th Century.

Resumo

O processo de modernização ocorrido no Brasil da passagem do século XIX para o século XX, no período republicano, se manifestou por meio de diferentes transformações: econômicas, sociais, urbanas e culturais. Aquelas transformações se concretizaram de diferentes maneiras em distintas estruturas sociais e, desta forma, busca-se neste artigo, compreender como o projeto modernizador republicano – que foi impulsionado no início do século XX – se manifestava por meio de transformações urbanas na cidade de Ilhéus, entre os anos de 1905 e 1933. Naquela época, o cacau, principal produto de exportação da cidade de Ilhéus e do estado da Bahia, contribuía para o crescimento econômico e para as transformações urbanas ocorridas nas terras ilheenses. Para tratar do objetivo proposto, as fontes principais utilizadas foram os Códigos de Posturas Municipais de Ilhéus (dos anos de 1905 e 1908) e o Plano Diretor de Ilhéus (do ano de 1933), presentes no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC). As transformações urbanas ilheenses possibilitam entender a cidade como objeto de consumo, uma cidade modificada para ser utilizada, consumida, por seus habitantes, ou por parte deles.

Abstract

The modernization process that took place in Brazil at the turn of the 19th century, during the Republican period, manifested itself through different transformations: economic, social, urban, and cultural. These transformations took shape in different ways in different social structures. In this article, we seek to understand how the republican modernization project—which was promoted in the early 20th century—manifested itself through urban transformations in the city of Ilhéus between 1905 and 1933. At that time, cocoa, the main export product of the city of Ilhéus and the state of Bahia, contributed to economic growth and urban transformations in the Ilhéus region. To address the proposed objective, the main sources used were the Ilhéus Municipal Codes (from 1905 and 1908) and the Ilhéus Master Plan (from 1933), available at the Documentation and Regional Memory Center of the State University of Santa Cruz (CEDOC-UESC). The urban transformations in Ilhéus make it possible to understand the city as an object of consumption, a city modified to be used and consumed by its inhabitants, or by some of them.



* Este artigo é fruto de pesquisas do Projeto de Pesquisa intitulado “Consumo: Perspectiva do Tema na História do Pensamento Econômico e na Formação Econômica de Ilhéus (1860-1920)”, cadastrado na PROPP/UESC sob o número 073.6765.2023.0006226-63.

¹ Discente da Graduação em Ciências Econômicas (DCEC/UESC). Bolsista de Iniciação Científica (PROIC-UESC), Membro do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico da Universidade Estadual de Santa Cruz (GEHEPE-UESC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1282-3103>. E-mail: jajfernandes.ecn@uesc.br.

² Doutorado em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP), Mestrado em História Econômica (FFLCH/USP), Graduação em Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria (ICSA/UNIFAL-MG). Coordenadora do GEHEPE-UESC. Professora Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCEC/UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7294-1959>. E-mail: nsferreira@uesc.br.

Recebido em: 01/08/2025
Aceito em: 23/09/2025
Publicado em: 26/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v9idossie.4753>

1 INTRODUÇÃO: modernização, urbanização e a cidade de Ilhéus

Durante o Brasil Império, poucas ou quase nenhuma eram as tentativas do Estado em promover a modernização, especialmente técnica e do espaço, o que acabava por consequência inibindo o desenvolvimento da indústria, que, por sua vez, devido ao seu não desenvolvimento obrigava o país a permanecer em sua economia majoritariamente dominada por práticas muito próximas ao do período colonial.

Ao se estabelecer a República, uma das primeiras preocupações era sobre o desenvolvimento do país através da sua modernização. Modernização essa que estava obrigatoriamente atrelada, não aos interesses da nação como um todo, mas sim de acordo com os interesses da elite dominante, pois como pode ser observado:

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos (Furtado, 1999, p. 22).

Essa mesma afirmação de Furtado pode ser explicada e comprovada no terceiro volume da coletânea “História da Vida Privada no Brasil”, onde pode-se retirar do trecho:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenham em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com os padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos (Sevcenko, 1998, p. 27).

Aqui, entende-se que modernização “remete às ações materiais de todo o tipo, envolvendo as reformas na ordem físico-espacial, a implantação de novos serviços e tecnologias urbanas e a difusão da economia capitalista” (Berman, 1986 *apud* Leite, 2016, p. 10). No caso deste artigo, o enfoque principal será nas reformas ou transformações urbanas. Assim, o processo de urbanização pelo qual uma localidade passa está inserido em um maior, o de modernização.

Dentro da região cacauífera da Bahia³, a cidade de Ilhéus adquiriu grande relevância, sendo a principal cidade produtora e exportadora de cacau. Nas palavras de Freitas (2023, p. 321-322):

³ Ao tratar do sul da Bahia, considerando a parte produtora de cacau, Milton Santos (1957) diferencia zona cacauífera de região cacauífera. Segundo o autor, a respeito de zona e região: “pode-se, também, falar da existência, na Bahia, de uma verdadeira

Ilhéus era a principal cidade da região cacauzeira. Apesar das condições precárias do porto, era o mais importante do sul da Bahia, indispensável para o escoamento da produção, para o abastecimento regional e para a expansão da navegação de longo curso e de cabotagem, que trouxe pessoas e mercadorias de todos os lugares.

A cacauicultura, principal atividade local, teve seu auge no período republicano, da passagem do século XIX para o século XX, especialmente entre 1895 e 1930: no ano de 1895 o cacau já era a base econômica regional e, no ano de 1930, as colheitas colocaram o Brasil entre os maiores produtores do mundo (Adonias Filho, 1978, p. 27-28).

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar as transformações urbanas da cidade de Ilhéus, situada no sul da Bahia, no período inicial do século XX, mais especificamente entre 1905 e 1933.

Para alcançar tal objetivo, foram utilizadas fontes históricas primárias, sendo as principais os Códigos de Posturas Municipais de Ilhéus (1905 e 1908) e o Plano Diretor Municipal (1933), presentes no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC). Desta forma, o período escolhido para a análise se justifica pelo marco temporal das fontes.

Acredita-se que é possível afirmar uma não diferenciação completa das transformações urbanas e sociais presentes nas capitais republicanas e no sul baiano, ou seja, as modificações apresentadas tanto nas reformas das capitais, devido a transição para a república, quanto no sul da Bahia, manifestaram-se de diferentes formas, mas sob as mesmas influências, de forma que as cidades naquele período, com destaque para nosso objeto de consumo, Ilhéus entre 1905 e 1933, podem ser compreendidas como objetos de consumo, ou seja, transformadas, do ponto de vista de urbanas, para serem realmente consumidas, utilizadas, por seus habitantes, ou por parte deles.

Para cumprimento do objetivo proposto, este artigo conta com mais 4 seções, além desta Introdução. Na seção de número 2, é possível compreender a relação entre consumo e transformações urbanas para o contexto brasileiro. A seção 3 trata da economia cacauzeira em Ilhéus, considerando sua evolução histórica e a contribuição para o processo de urbanização local. A seção de número 4 aborda as transformações urbanas ilheenses no início do século XX com base nos Códigos de Posturas Municipais (de 1905 e de 1908) e no Plano Diretor (de 1933). A seção 5, por fim, conta com as Considerações Finais.

2 CONSUMO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS: uma associação para o cenário brasileiro

A definição básica de consumo remete a uso ou gasto (Houaiss, 2009), e pode ser verificada em dicionários históricos, em que consumo é entendido como “por uso” (Silva;

região cacauzeira, isto é, uma área maior de que faz parte a zona cacauzeira, e que a ela está íntima e funcionalmente ligada. É um fenômeno muito comum aos países novos e que aqui se desenvolve sob as nossas vistas: a formação de uma região” (Santos, 1957, p. 14). Segundo Milton Santos (1957, p. 13), “formavam a zona cacauzeira da Bahia os municípios de: Belmonte, Cairu, Camamu, Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Ipiáú, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá, Ubatã, Una, Uruçuca e Valença”.

Bluteau, 1789). Na Economia, consumo é também descrito, inicialmente, como uso ou gasto: “utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa” (Sandroni, 1999, p. 126). Avançando na definição econômica, consumo corresponde à fase final do processo produtivo: “É o objetivo e a fase final do processo produtivo, precedida pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização” (Sandroni, 1999, p. 126).

Consumo também pode ser associado à cultura, se for considerado que cada cultura possui diferentes hábitos e gostos, que influenciam nos bens de consumo que são utilizados (Douglas; Isherwood, 2004). A partir daí, é possível afirmar a relação entre consumo e cultura material, pois os diversos bens materiais consumidos por um povo, representam sua cultura em formato de matéria (Miller, 2007). Ainda, é possível entender o consumo como dinâmica social, se é compreendido como um divisor de classes ou estratos, sociais (Bourdieu, 2011; Veblen, 1965).

No caso deste trabalho, a noção de consumo utilizada é a mais básica, sendo o consumo compreendido como uso ou gasto. Entender as transformações urbanas de Ilhéus no período de 1905 a 1933 diz respeito a compreender reformas urbanas em uma cidade para que fossem usufruídas por seus habitantes, ou por estratos específicos. As transformações urbanas faziam da cidade também um objeto de consumo, que seria utilizado, gasto, consumido.

Baseado nos mesmos autores anteriores, é possível tornar a relação entre desenvolvimento e consumo mais nítida. Se há eficácia do sistema social de produção, deve haver quem o consuma (gasto ou uso de produtos e serviços), bem como os objetivos dos grupos determinantes impõe o que será consumido e por quem. Ambas as características culminam na satisfação das necessidades.

É possível citar alguns trabalhos que associaram consumo a transformações urbanas: Lemos (2010) estudou consumo para a região central da cidade de Belo Horizonte, considerando o século XX. Segundo a autora, “o núcleo urbano, além de possibilitar o consumo de mercadorias enquanto lugar construído e especializado propicia o consumo do espaço [...]” (Lemos, 2010, p. 14). Ferreira (2021) também entendeu a cidade de Belo Horizonte como uma cidade objeto de consumo, mas considerando o período da passagem do século XIX para o século XX. Concluiu a autora que,

a nova capital mineira não foi pensada da mesma forma para todos os seus habitantes, mas seus espaços, sobretudo os da zona urbana, podem ser entendidos como espaços concebidos para serem consumidos, utilizados, apreciados, pelos que residiam na capital, ou que passaram pela cidade no início do século XX (Ferreira, 2021, p. 25).

O consumo de um espaço geográfico passa por modificações, e é modificado pela maneira à qual cada sociedade consome (ou, também, pelo que cada sociedade consome). Transformações urbanas influenciam nessas mudanças, e pode-se citar aquelas que vigoraram no Brasil na passagem do século XIX para o século XX, especialmente no período republicano.

Vale ressaltar, a elite responsável pela construção desse período modernizador não desejava uma modernização completa da sociedade brasileira, como é exposto no seguinte trecho:

Os ricos fazendeiros de café do Sudeste pretendiam que com a República fosse implantado o sistema federalista, assegurando-lhes não só o controle dos seus próprios rendimentos, como condições de usar seu poder econômico para decidir os destinos da futura ordem republicana (Sevcenko, 1998, p. 14).

Assim, para justificar a modernização, muitos dos espaços urbanos absorveram a maioria desse ideal, com base no desejo de elites, sem considerar o fato de que o restante da população não usufruiria daquelas transformações. A modernização corroborava com a estrutura da desigualdade e com a privação às classes de baixa renda.

Segundo Marins (1998, p. 132), “a aurora do regime republicano dava-se em meio a transformações demográficas e sociais, que liberavam populações, e franqueava novos destinos geográficos às esperanças de sobrevivência de muitos dos velhos e novos brasileiros”.

Inseridas em um projeto político de modernização nacional, as transformações urbanas brasileiras se concretizaram em diferentes capitais: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife são exemplos (Singer, 1968). Porém, tais transformações também foram observadas nos interiores, nas cidades menores, pois “não se deve estranhar a difusão de tais ideias [de modernização e urbanização] para além das capitais, contagiando inúmeras cidades de médio e pequeno porte do imenso território nacional” (Leite, 2016, p. 09).

3 ECONOMIA CACAUEIRA ILHEENSE: evolução histórica e contribuição para o processo de urbanização

Tratando-se da economia da região cacauzeira no século XX é importante se ater que a mesma não se ergueu em um dia. Alguns dos principais fatores responsáveis por gerar o reconhecimento dado a economia cacauzeira do sul baiano das três primeiras décadas do século deve-se há algumas estruturas criadas ainda no fim do século XIX.

Segundo Adonias Filho (1978), a economia do cacau na região cacauzeira da Bahia pode ser compreendida através de “ciclos”. Assim, entre 1746 até 1820, se constitui no primeiro ciclo, marcado pelo início do plantio do cacau. O segundo ciclo é marcado pelo período de 1820 até 1895, sendo caracterizado pelo reinício do plantio e importante momento para as exportações do produto. O terceiro ciclo tem como marcos os anos de 1895 a 1930: no ano de 1895 o cacau já é a base econômica regional e, no ano de 1930, as colheitas colocaram o Brasil entre os maiores produtores do mundo (Adonias Filho, 1978, p. 27-28).

O quarto ciclo do cacau envolve os anos de 1930 até 1957. Em 1930, a atividade do cacau se converte em uma das principais fontes de divisas para o Brasil e, em 1957, começaram a aparecer os primeiros sintomas de estagnação e declínio da produção. O quinto

ciclo, finalmente, é datado a partir de 1957, quando os métodos de produção do cacau passam por modernização, com novas bases agrícolas e tecnológicas (Adonias Filho, 1978, p. 27-28).

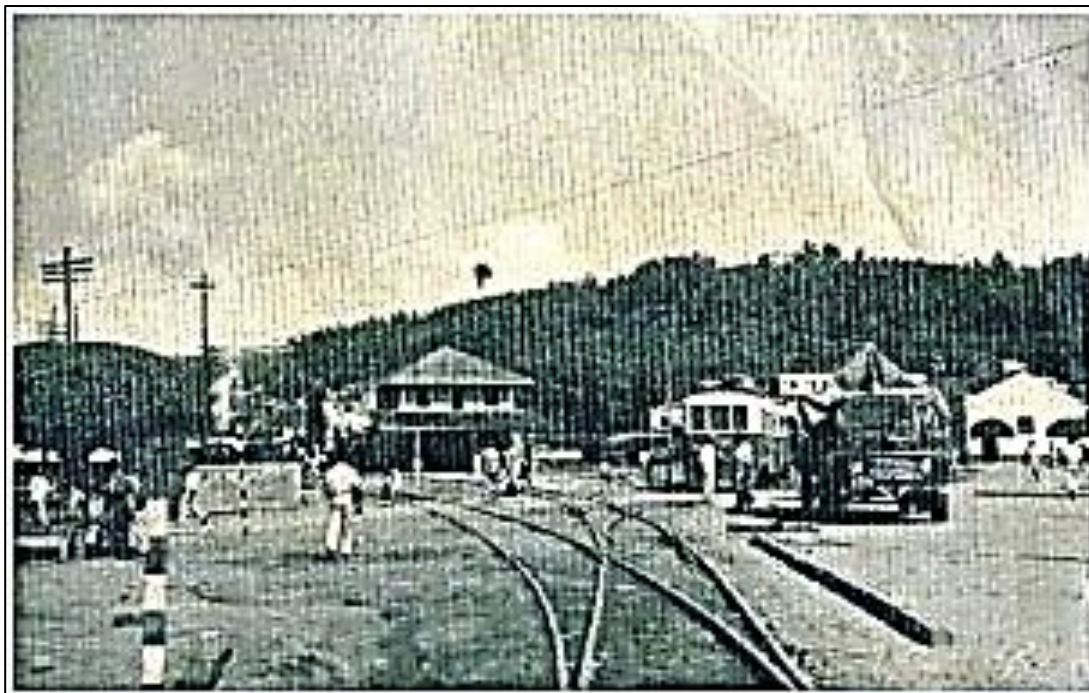
O terceiro ciclo da evolução da cacauicultura é o cenário deste artigo. E foi também naquele período que a estrada de ferro, um elemento relevante que fez parte do processo de modernização nacional, tendo contribuído para avanços de processos de modernização e para o crescimento de cidade, contribuiu para a economia cacaueira.

A estrada de ferro conhecida como “Ilhéus-Conquista” teve suas obras encerradas antes de chegar à Vitória da Conquista, seu destino final, nos primeiros anos do século XX, mas a concessão e início da construção se deu ainda no século XIX. Sobre o projeto finalizado da mesma, Milton Santos detalha:

A Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista, conquanto o seu atual traçado não lhe justifique a denominação, pois, partindo de Ilhéus, alcança apenas as cidades de Ubaitaba e Itabuna, é a estrada de ferro que bem merece o nome de estrada do cacau. Compulsando estatísticas podemos observar que mais de noventa por cento da mercadoria transportada nos trens descendentes é constituída, exclusivamente, pelo cacau (Santos, 1957, p. 86-87).

Além de servir para o escoamento da produção, a mesma também poderia servir para o transporte populacional que migrava em busca de trabalho e melhores condições de vida, facilitando a circulação urbana. Abaixo, segue a Figura 1, com imagem da estrada de ferro, no trecho de Ilhéus, na década de 1920.

Figura 1 - Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, trecho Ilhéus (década de 1920)



Fonte: Cruz, 2025, p. 119.

Por meio da fotografia, é possível observar certa movimentação em torno da ferrovia, não apenas de pessoas, mas de construções e do que parece ser um caminhão, denotando determinada dinâmica urbana em volta do local. Tratando-se de migrações, às quais a estrada de ferro contribuía para que se concretizasse, Milton Santos (1957, p. 45) nos esclarece um exemplo:

O sr. João Batista Alves de Macedo, jovem estudioso da evolução social e econômica da zona sul do nosso Estado, teve a gentileza de nos mostrar os manuscritos de um seu interessante trabalho, ainda inédito, no qual acentua, mesmo, que “a grandeza econômica da zona cacauera foi, em boa parte, forjada pelo sertanejo e pelo nordestino, vindos do interior da Bahia e de outros Estados, [...]”.

Outro meio de transporte popular que merece destaque na época foi o fluvial, utilizando dos rios que chegavam até o sul baiano para o percurso. Impulsionados pelas secas avassaladoras, a promessa de vidas melhores e trabalho para o sustento, os sertanejos viram na região cacauera um sinal de esperança. E ao analisar o que lhes era ofertado no sul da Bahia, realmente parecia a promessa de um mundo melhor.

Freitas (2023, p. 226) confirmou um grande número de empréstimos feitos na região cacauera feitas entre os anos de 1890 a 1930, afirmando que “foram realizados com o objetivo de adquirir propriedades” (*Ibid.*, p. 229). Além disso, alguns grandes proprietários se ofereciam para pagar por passagens de retirantes do sertão a fim de que os mesmos viessem trabalhar em suas fazendas.

A produção regional em si se dava quase que exclusivamente pelo plantio do cacau (que se tornou, em poucas décadas, a monocultura da região) com raras exceções. Esse fator se deve principalmente pelo que detalhou Freitas (2023, p. 241-242) que estimava, considerando uma fazenda de 100 hectares, para o ano de 1915, um valor de Rs. 4\$000 para o primeiro ano de produção na região, enquanto o preço da arroba, para a mesma época, era de Rs. 8\$000 na praça de Salvador (um dos principais pontos de importação do cacau produzido no sul baiano).

Com empréstimos para se adquirir terras, senhores que ofereciam cargos em suas fazendas, baixo custo de manutenção e alta rentabilidade, o sul da Bahia poderia parecer um sonho, mas que na verdade, não era. A região era dominada por uma elite cacauera, dividida em duas classes: a produtora e a comerciante de cacau.

Nas palavras de Freitas (1979, p. 116):

A burguesia cacauera cresceu e se fortaleceu como classe, quando as duas frações originais – grandes produtores e comerciantes-exportadores – passaram a exercer atividades comuns, esvaziando uma hipotética separação entre latifúndio e capital mercantil [...] Pelo fato das duas frações originais se encontrarem espacialmente separadas, coube à fração dos grandes produtores exercer e representar o papel do dominante no interior da região produtora”.

Embora o dono das terras, na maioria das vezes, fosse um coronel que fazia parte da elite regional, o verdadeiro sustento da fazenda se devia ao trabalhador. Não somente pelo

fato de que o mesmo era responsável pelos processos de produção, mas também pela própria organização econômica da região.

Enquanto a monocultura do cacau dominava as fazendas regionais, a produção de outros bens consumidos ficava escassa ou inexistente, exigindo assim a importação. Assim se estabelece na economia da região, a exclusividade do uso das terras para o cultivo do cacau, a monocultura que viria a ser exclusivamente exportada. Segundo Santos (1957, p. 71), “como o que poderemos chamar de campo nada produz ou quase nada para sua subsistência, em vista da monocultura, seu papel, via de regra, é mandar vir de fora e de longe gêneros e utilidades, de que os lavradores forçosamente precisam” .

A respeito da crença na cacauicultura, afirmou Freitas (2023, p. 229) que “[...] acreditava-se que a produção e o comércio do cacau apresentariam indefinidamente um excelente resultado econômico. Também admitia-se que era possível vender por um bom valor e continuar a comprar e importar todo o resto” (Freitas, 2023, p. 229). Em contrapartida, era igualmente o trabalhador que arcava com a importação da maioria dos produtos necessários, como observado pelo autor: “[...] os trabalhadores estavam ganhando entre Rs. 5\$000 e Rs. 6\$000 por dia e gastando Rs. 4\$000 apenas com alimentação cotidiana” (Freitas, 2023, p. 229).

O autor ainda complementa sob quais condições viviam esses trabalhadores, afirmando:

Os trabalhadores moravam em palhoças infectas, sem nenhuma assistência médica e sem autorização para praticar outras culturas nas terras da propriedade – mesmo produtos alimentícios – e estavam obrigados a uma alimentação monótona e deficiente, limitada à mandioca, carne seca e feijão (Freitas, 2023, p. 229-230).

É possível notar diversos problemas na monocultura cacauieira entre 1900 e 1930. Resumidamente, em linha cronológica, no ano de 1904 surgiram problemas ocasionais com doenças nas plantações, mas os mesmos foram ignorados, ou pela crescente quantidade de novas plantações ou por serem ocasionais. Já em 1910 novas necessidades de demanda surgiram atreladas com a descoberta de novos lugares para se estabelecer o cultivo do cacau (em Gana), enquanto em 1911 houve uma queda no preço do cacau produzido na Bahia por demandas de melhores qualidades das amêndoas, o que culminou em 1913 na ascensão de Gana como maior produtor mundial no lugar do Brasil. Além disso, também são relatadas enchentes nos rios que aconteceram nos anos de 1914, 1919, 1921, 1926 e 1927. Além de mais uma crise com a perda de 50% da safra de 1921/1922 devido a condições climáticas (Freitas, 2023).

Tais condições de volatilidade climática, que por sua vez afetavam e causavam a volatilidade produtiva na região, não contribuíam para que o fazendeiro, cuja renda dependia exclusivamente da produção da fazenda, permanecesse com suas terras, ora por ter que pagar os credores aos quais tomou o dinheiro para compra, ora por não ter renda o suficiente para se sustentar em períodos de crise, o obrigando a vender tais terras, ou a maiores produtores (esses sendo possivelmente algum dos então coronéis), ou devolvê-las ao banco.

Entretanto, ainda que a história da economia cacauceira em Ilhéus tenha sido marcada por altos e baixos, vale afirmar que contribuiu para a evolução urbana local:

A implantação da cultura do cacau não somente modificou completamente um determinado espaço, que daria origem e construiria uma região, mas também fez surgir um centro urbano, Ilhéus, que sintetiza e revela tudo que viria a acontecer (Freitas, 2023, p. 319).

Ilhéus, portanto, pode ser compreendido como o principal centro urbano da região cacauceira da Bahia na passagem do século XIX para o século XX. Centro produtor do cacau, centro comercial e centro exportador do produto.

4 TRANSFORMAÇÕES URBANAS ILHEENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XX: os Códigos de Posturas Municipais e o Plano Diretor

Cruz (2025), ao estudar as transformações ilheenses entre 1924 e 1943, fez uma reconstrução das principais reformas urbanas pelas quais passaram a cidade de Ilhéus. Segundo a autora (2025, p. 95), “no início do século XX, o núcleo urbano ainda se mantinha nos antigos limites do século XVIII, mas com um casario mais adensado”. Porém, com o passar do tempo e com a relevância da economia cacauceira, a cidade foi se transformando.

Além da ferrovia, essencial para os processos de urbanização em diferentes localidades do Brasil, organizada em 1905, Cruz (2025) citou outros elementos que contribuíram para as transformações urbanas da cidade de Ilhéus: a inauguração do Paço Municipal em estilo neoclássico, no ano de 1907; a imposição, pelo governo municipal desse estilo a todos os edifícios da cidade, no ano de 1908, exigindo a construção de platibandas decoradas (Almeida, 1994 *apud* Cruz, 2025, p. 95).

Dentro das transformações urbanas, em 1910, o sistema de iluminação pública a querosene foi substituído pelo acetileno⁴; na década de 1920, iniciou-se o loteamento da Fazenda Pimenta, formando os bairros da Pimenta e da Conquista e, ainda, “foram ocupadas áreas como a Ladeira do Café e o Alto do Ceará, ao norte do núcleo urbano, desconsiderando-se as choupanas de palha construídas à beira-mar e ao longo da “Rua da Linha”, até as proximidades da atual Avenida Canavieiras” (Cruz, 2025, p. 95).

As transformações urbanas descritas acima podem ser entendidas como melhorias na cidade, que seriam consumidas por seus habitantes; ou por parte deles, a elite; ainda, por quem passasse pela cidade, para tratar dos negócios envolvendo o cacau, por exemplo.

Na década de 1920, importantes obras públicas foram realizadas:

a Avenida João Pessoa, embrião da atual Avenida Soares Lopes, e a Avenida Dois de Julho, construída com arrimos de alvenaria ao redor do Outeiro de São Sebastião. Também ocorreu o loteamento da Fazenda Opaba, originando o bairro da Cidade

⁴ A respeito da iluminação elétrica em uma cidade do interior baiano, cf.: Paixão (2016).

Nova, e intensificou-se a ocupação da Fazenda Velonza, onde se desenvolveu o bairro do Malhado (Cruz, 2025, p. 95).

Vale ressaltar as influências nacionais e internacionais no processo de urbanização ilheense, assim como ocorreu em outras cidades do Brasil:

Nessa perspectiva, as intervenções urbanas e arquitetônicas feitas na cidade de Ilhéus no início do século XX, tiveram, porém não somente, como inspiração as reformas feitas no Rio de Janeiro e em Paris, inclusive no que tange a demolição de igrejas e capelas de estilo barroco (Ribeiro, 2013 *apud* Cruz, 2025, p. 104).

A respeito de uma relação entre economia cacauceira e transformações urbanas, o início do século XX foi importante para a evolução urbana ilheense, tendo o cacau como difusor do processo. Afinal, para o desenvolvimento da atividade, uma infraestrutura urbana adequada facilitaria seu avanço. Assim, no início do século XX:

O *boom* do cacau também levou a melhorias significativas na infraestrutura local. Estradas foram construídas para facilitar o transporte do cacau das plantações até os portos, onde era exportado para outros países. Além disso, houve investimentos em energia elétrica, comunicações e outras áreas que impulsionaram o desenvolvimento urbano de Ilhéus (Cruz, 2025, p. 103).

Nos primeiros anos do século XX, dois Códigos de Posturas Municipais foram escritos, de forma a manter a cidade organizada do ponto de vista urbano.

4.1 Os Códigos de Posturas Municipais de Ilhéus (1905 e 1908)

Esta subseção serve para demonstrar algumas determinações presentes nos Códigos de Posturas Municipais de 1905 e 1908. Abaixo, por meio do Código de 1905, pode-se ter uma ideia de como eram as determinações gerais do município a fim de manter sua ordem:

Art. 3. todos os negociantes, quer dentro ou fóra da cidade, são obrigados a fechar os seus estabelecimentos aos domingos e no dia 15 de Novembro, de meio dia em diante, sob pena de pagar, o contraventor, 30\$000 de multa, ou 8 dias de prisão. São exceptuados os restaurantes e padarias. As padarias poderão reabrir as portas das 6 ás 8 da noite, para vender unicamente massas. As casas de negocio, não poderão se conservar abertas às 9 da noite, no verão, e ás 8 no inverno, sob pena de 10\$000 de multa, ou 8 dias de prisão, não se comprehendendo n'este artigo, as pharmacias, guardando o devido silencio (Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1905, p. 5-6).

Art. 6. Todos os negociantes, ambulantes ou não, que venderem generos alimenticios, ou quaesquer outros objectos, por pesos e medidas, seja ou não em balcão, são obrigados a ter os pesos e medidas aferidos pelo padrão do Conselho, e as balanças exactaos porcos e pagar o infractor a multa de 2\$000 por cada um (Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1905, p. 6).

O artigo 3 focava nos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais em dias determinados. O artigo 6, em negociantes que comercializavam alimentos e outros objetos materiais. Algo que não era comum apenas em Ilhéus. A cidade de Varginha, situada no sul de Minas Gerais, é um exemplo. Entre o final do século XIX e o início do século XX, debates entre comerciantes e o poder público, representado pela Câmara Municipal, foram comuns nas sessões de reuniões. O poder determinava horários que deveriam ser cumpridos, mas os comerciantes, na maioria dos casos, eram contra (Ferreira, 2017, p. 103-104, 115-116).

O Código de Posturas de 1905 também possuía determinações quanto às criações de animais:

Art. 38. Ninguém também poderá criar porcos dentro da cidade e no arraial de Tabocas, enriqueirados ou soltos dentro dos quintaes, sob pena de serem mortos os porcos e pagar o infractor a multa de 2\$000 por cada um (Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1905, p. 12).

Art. 40. Fica expressamente proibido ter-se animais soltos n'esta cidade e em Tabocas, qualquer que seja a especie, sob pena de 5\$000 de multa, ou 2 dias de prisão, e o dobro na reincidencia, sendo o animal recolhido ao curral publico, ondepagará a taxa marcado por lei (Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1905, p. 12).

Para além das determinações a respeito do horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais e das relacionadas a criação de animais, uma tentativa de manter a cidade, de certa forma, organizada, vale ressaltar as determinações relacionadas às construções urbanas. O artigo 77 do Código de Posturas determinava o seguinte:

Art. 77. Todos os proprietarios de casas situadas n'esta cidade ou em Tabocas, serão obrigados a caial-as e pintal-as, ao menos uma vez por anno, excepto as que tiverem as frentes pintadas a oleo, que não estarão sujeitas a este praso, devendo os seus donos serem intimados pelo Intendente, quando este julgar necessaria a renovação da pintura. Os contraventores incorrerão nas penas de 30\$000 de multa, ou 8 dias de prisão, alem de ser feito o asseio pelo municipio às custas d'elles, caso desobedeção a intimação. (Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1905, p. 18-19).

Mesmo usando de apenas poucos exemplos para demonstrar, é importante frisar como que diversos artigos fazem menção direta ao Arraial de Tabocas (ou simplesmente Tabocas em alguns casos), que viria posteriormente a se tornar o município de Itabuna, demonstrando que desde o início do século passado, mesmo que não emancipado ainda, possuía grande influência regional, algo exposto através da preocupação que as autoridades dedicavam a aquele, até então, distrito.

Tratando-se do funcionamento público regional, o mesmo foi definido – ao menos formalmente em documento – no Código de Posturas Municipais de 1908, Código esse que apenas adicionava ao anterior as obrigações dos funcionários, seus pagamentos e algumas informações pontuais sobre o funcionamento das instalações prediais, já que o mesmo não determina qual o endereço fixo das mesmas. A não definição desse endereço não significa que

o mesmo não foi registrado em algum outro documento, apenas demonstra que não seria determinado um endereço fixo, tendo em vista as transformações que a sociedade e estrutura urbana da cidade poderia acabar por encontrar no decorrer dos anos.

Em seu primeiro capítulo, o Código de 1908 determina a criação da Secretaria Municipal cujas principais finalidades eram as seguintes: deveria correr por ela todos os serviços públicos do município; a Secretaria realizaria o registro de todos os documentos e papéis que por ela passassem para se manter o registro (sendo mantido um registro geral com todos os arquivos pela secretaria, além de um livro de registro próprio por cada seção); caso fosse exigido por autoridade municipal ou do Estado, deveria ser lançado ao público qualquer correspondência trocada entre agentes ou órgãos públicos. Da parte “Das seções da secretaria”, vale salientar:

Art. 5. A Secretaria Municipal se dividirá em tres secções, que se denominarão:
(1º.) 1ª. Secção, a do interior, instrucção publica, commercio, artes e industrias, agricultura e obras.
(2º.) 2ª. Secção ou de fazenda e patrimonio Municipal.
(3º.) 3ª. Secção, ou parte.
(Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1908, p. 9).

Além disso, determinava-se o funcionamento da secretaria de segunda a sábado, exceto em feriados e aos domingos, das 10h às 15h; o comparecimento era obrigatório para todos os funcionários em todos os dias, a menos estivessem executando suas obrigações em atividades externas; havia imposição de que a comunicação da Secretaria com os demais poderes municipais deveria ocorrer sempre de maneira escrita (através de pareceres, informações, reclamações ou representações) prestadas por ordem superior ou espontaneamente, pelo interesse municipal.

No segundo capítulo são colocadas as determinações gerais dos cargos para desempenhar os serviços públicos, mantendo-se os seguintes funcionários: Um Secretário; Dois Médicos; Um Engenheiro; Um Advogado; Um Tesoureiro; Um Amanuense (uma espécie de escrevente); Um Arquivista; Um Porteiro; Dois Fiscais; Um Contínuo; Um Aferidor; Quatro Administradores de Cemitério; Um Procurador; Sete Comissários. Logo em seguida determinando os cargos sujeitos a quantia de fiança: Tesoureiro, Procurador – 2000\$000; Comissário e Aferidor – 1000\$000 (aparentemente, as pessoas que fossem indicadas a esses cargos teriam que pagar para serem efetivadas). Funcionários exclusivos da primeira seção eram: os Médicos, o Engenheiro e os Administradores de cemitério; Funcionários exclusivos de segunda seção eram: o tesoureiro, o Procurador, os Comissários e o Aferidor. Serviriam conjuntamente nas duas seções os Fiscais, o Amanuense e o Arquivista e, na terceira seção, o porteiro e o contínuo. O Secretário e o Advogado serviam a Intendência e ao Conselho, atendendo a todas as seções desde que necessário para exercer sua função.

Os funcionários receberam somente os valores constados na tabela de vencimentos em anexo no fim do presente Código, conforme Figura 2 abaixo, salvo as exceções: Fiscais, com direito a 40% das multas cobradas; Comissários, com direito a 20% das arrecadações

que fizerem mais 40% das multas que receberem; Aferidor e Procurador, com 20% das cobranças por eles realizadas.

Figura 2 - “Tabella dos Vencimentos” dos funcionários da Secretaria Municipal de Ilhéus (1908)

TABELLA DOS VENCIMENTOS	
Secretario do Municipio	1:000\$000
Thesoureiro Municipal.	1:800\$000
Archivista	900\$000
Amanuense	1:200\$000
Medico do Municipio	2:400\$000
Medico Auxiliar.	1:500\$000
Engenheiro	2:000\$000
Advogado Municipal	2:500\$000
Fiscal Geral	1:400\$000
Fiscal Auxiliar	1:000\$000
Porteiro	600\$000
Continuo	300\$000
Cemiterista do 1º Districto	400\$000
» de Cachoeira	180\$000
» de Tabocas.	300\$000
» do 4º Districto	200\$000

Fonte: Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus (1908), disponível no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), p. 23

Eram tais funcionários do município que se encarregariam da manutenção das posturas municipais, de forma a manter a cidade de Ilhéus dentro de determinações que contribuiriam para sua ordem urbana.

Um dos grandes problemas das primeiras décadas do século XX para a região cacauera – além de seu apego a monocultura do cacau – era a evasão do capital produzido através das importações e dos luxos esbanjados pelos coronéis, que sempre mantinham suas preferências pelo consumo, ora com outra região da Bahia (mais especificamente em Salvador) ora com outras localidades do Brasil, como o Rio de Janeiro. Nas palavras de Freitas (2023, p. 36), “dada a capacidade de consumo ampliada de Salvador, do Rio de Janeiro ou até da Europa, preferiam tais lugares ao invés de se concentrarem no cacau. No caso de muitos coronéis, o lugar que os filhos deveriam ocupar acabava sendo ocupado por filhos adotivos ou afilhados” (Freitas, 2023, p. 36).

O consumo conspícuo⁵, para além do necessário, o supérfluo, é uma chave importante para compreender a elite regional. Emergindo em um contexto globalizado, a região não se absteve de manter relações socioeconômicas e culturais internas (a relação entre os grupos

⁵ A respeito de consumo conspícuo, cf.: Veblen (1965).

associados dentro dessa estrutura social) e externas (as relações conjuntas e individuais desses grupos associados com estruturas sociais externas).

A elite regional, nesse sistema de relações, se apresenta de maneira dominante internamente, aí onde surge a estruturação interna que dita não só as normas sociais (direitos, deveres, liberdade individual e convivência coletiva), mas também a estrutura física desta sociedade, além de decisões políticas e estéticas da cidade de Ilhéus, que mais lhes favorecessem. Assim, era tal elite que, na prática, deveria usufruir, utilizar, consumir a cidade. A relação interna que ditava normas sociais pode ser mais bem-apresentada ao se expor os Códigos de Posturas Municipais.

Art. 23. Não se edificará casa alguma nesta cidade ou em seus povoados, sem que preceda a licença do Intendente, sob pena de 30\$000 de multa, ou 8 dias de prisão, sendo além disto destruída a obra á custa do proprietário, caso isto seja necessario aos interesses do Municipio (Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1905, p. 9).

Art. 29. Ninguem podera fazer os passeios referidos, sem a devida permissão do Intendente e sob a fiscalização do Engenheiro Municipal, sendo os passeios em cada rua, de uma só altura, soba pena de ser demolida a obra à custa do proprietário, que pagará, além d'isso, a multa de 20\$000, e o dobro na reincidencia (Código de Posturas Municipais da Cidade de Ilhéus, 1905, p. 10).

A partir desses artigos é possível notar que o poder da Intendência não se estende somente ao cumprimento da lei, devido ao fato de que a mesma deixa uma lacuna em aberto que é preenchida de acordo com o Intendente em questão para determinar o que é aceito e o que não é. Se considerar a época pesquisada, o início do século XX, algo como isso também determinaria, por um bom tempo, para aquela sociedade, o que era certo e o que era errado, não baseado em uma necessidade social, ou econômica, mas sim de acordo com a vontade de um único homem que muitas vezes não era interrompido pelos poderes públicos acima dele (vale ressaltar que, sendo o Intendente a autoridade de muito poder dentro dos limites municipais, estaria acima dele somente os poderes estaduais ou federais)⁶.

4.2 O Plano Diretor da cidade de Ilhéus (1933)

A urbanização, em sua manifestação recorrente na época em objeto de estudo, estava inserida em um processo maior de modernização nacional, que teve início no começo do século XX.

⁶ Pode-se questionar, no entanto, o fato da existência de um Conselho Municipal que teria a capacidade de refrear certos comportamentos autoritários, mas observe: “Deferido o juramento do estylo, convidou o sr. senador coronel Pessoa ao sr. Corone Henrique Cardoso, vice-presidente do conselho, para ocupar a cadeira da presidencia, depois do que este designou a mesma comissão para dar ingresso ao dr. Mario Pessôa da Costa e Silva, intendente eleito e reconhecido” (*Jornal Correio de Ilhéus* (1924), disponível no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz, p. 01). No presente recorte foi retirado do *Jornal Correio de Ilhéus* publicado no ano de 1924, nota-se que dos três nomes citados, apenas um não possui o título de coronel, demonstrando, por suposição empírica, a majoritariedade do mesmo conselho formado por coronéis, um título que não era dado a qualquer um do povo comum.

A urbanização tornou-se projeto político da elite brasileira na transição do século XIX para o século XX. Houve no Brasil a formação de grupos econômicos nacionais, originários do capital agrário mercantil, que seriam, em parte, responsáveis pela implantação de serviços de infraestrutura, tais como ferrovias, portos e outros serviços urbanos (energia elétrica e telefonia). Com acordos financeiros entre Campos Salles e credores estrangeiros (1898-1902), abria-se um projeto político de modernização e urbanização do país (Saes, 2008, p. 188-189 *apud* Ferreira, 2017, p. 19).

Desmembrando as nuances e anseios tanto dos governantes quanto de seus planos e execuções, Sevckenko (1998) expõe, em linguagem figurada, as entranhas da urbanização brasileira tanto da maneira que se planejava construir quanto os resultados obtidos. Relativo ao seu planejamento, primeiro é necessário entender quem planejava, por que, e para que. Quem quer que analisasse o trecho a seguir isoladamente pensaria que era uma causa de existência extremamente nobre: “Eram consideradas igualmente graves do ponto de vista dos governantes as ameaças postas à saúde pública pela sua convivência adensada, em precárias condições sanitárias, nas áreas centrais da cidade” (Sevckenko, 1998, p. 21).

Todavia, adiante o próprio autor esclarece que esse mesmo objetivo possuía outros interesses, com princípios eugenistas e eurocêntricos ao copiar para o Brasil, desde a estrutura de elites, até estrutura física de cidades. O engenheiro urbanista Pereira Passos, que acompanhou a reforma urbana de Paris sob o barão de Haussman, utilizou-a como referência para refazer a modelo urbano do Rio de Janeiro, com foco especialmente na modernização do porto, no saneamento e na reforma urbana (Sevckenko, 1998, p. 22).

O problema de copiar um modelo urbano internacional para uma realidade totalmente diferente, como o Brasil, ocorreu quando tal modelo se tornou ineficiente, sendo o projeto questionável. Observe:

A apropriação parcial do programa parisiense, adequada a uma cidade industrializada e com forte demanda de serviços, veria seus resultados chocarem-se com uma sociedade, e com uma economia nacional, que não podia acolhê-la satisfatoriamente nem mesmo em sua escala reduzida, tampouco fazê-la frutificar segundo as ambições dos dirigentes brasileiros (Marins, 1998, p. 145).

Embora a certo nível (econômico e social) o projeto de urbanização da então capital republicana, motivada com a justificativa de ser modernizador, fosse disfuncional, as elites não se desprendiam dele. Acontecia em Ilhéus algo parecido, quando considera-se a monocultura cacaeira: se tornou disfuncional em determinados momentos, pela falta de estratégias e de investimentos⁷, mas não abandonada pela elite, que se agradava com a existência da mesma.

⁷ Costa e Soares (2015), ao escreverem sobre a economia cacaeira de forma geral, considerando não apenas o contexto nacional, explicaram porque o cacau é uma agricultura que contribui para a pobreza das regiões exclusivamente produtoras. Citaram os seguintes fatores: pouca utilização de tecnologias modernas; baixo nível escolar e cultural dos produtores; dependência de políticas públicas de proteção; o ofertador não interfere na precificação do produto; produto de racionalidade não capitalista (produtividade e preços são compensados pelo aumento da área de produção); baixa capacidade de investimento e incentivo para descomoditizar o produto; baixa capacidade de socialização e cooperação dos produtores (Costa; Soares, 2015, p. 44).

Considerando as transformações urbanas da cidade de Ilhéus no início do século XX, não houve total diferenciação dos projetos de capitais da nova era republicana em relação a estética a seguir. Sendo assim, o consumo de espaço geográfico regional para o propósito de urbanização do município seguia a mesma lógica das capitais republicanas, com: a inserção de diversos espaços públicos seguindo a estética europeia; a implantação desses mesmos espaços seguindo as vontades da elite regional (a escolhas de onde seriam fixados esses espaços, bem como, as especificidades que poderiam advir das escolhas).

Destacando as similaridades dos projetos do Rio de Janeiro e de Ilhéus, pode-se expor, considerando o Plano Diretor ilheense de 1933, sobre arborização municipal, sobre a lei do recuo, sobre a altura dos prédios.

Sobre a arborização municipal, vale ressaltar:

A arborização deve ser obrigatória em todas as ruas e praças novas. Nas ruas de menos de 18", em que a largura de passeio é inferior a 3 metros., a arborização é possível. Como mostra a folha n. 9, admittido, como citamos no estudo do loteamento, o recuo mínimo de 3 metros do aliamento para os prédios (Plano Diretor da Cidade de Ilhéus, 1933, p. 31).

Uma cidade arborizada poderia ser entendida como sinônimo de uma cidade moderna do início do século XX, que poderia ser consumida por seus habitantes, o que acontecia em outras cidades do Brasil. Um exemplo é a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que foi construída entre 1894 e 1897. No período de 1926-1927, foram plantadas na capital mineira 516 árvores. No período de 1927-1928, foram plantadas 2.647 (Ferreira, 2022, p. 85).

Sobre a Lei de Recuo, o Plano Diretor de Ilhéus afirmava:

Para se conseguir, com o tempo e de forma mais economica para a Municipalidade, a rectificação dos alinhamentos que o plano director, depois de approved, determinará, é necessario que seja promulgada uma lei relativamente ao recuo dos predios. Baseado nella o Prefeito poderá negar a licença para reforma e reconstrução de qualquer predio fora do alinhamento, se o proprietario não se sujeitar ao recuo estabelecido, pelo que será indemnizado parcialmente. A restricção na indemnisação se baséa no facto da evidente valorisação das propriedades limitrophes, que resulta do melhoramento da rua, pois não é justo que o custa de tal valorisação corra unicamente à custa da colletividade e sim ue caiba proporcionalmente nos que gozam do benefício (Plano Diretor da Cidade de Ilhéus, 1933, p. 33-34).

Com o cumprimento do recuo dos prédios, a cidade se tornaria mais alinhada e mais organizada do ponto de vista urbano. Mas este alinhamento era uma medida de relevância não apenas para o embelezamento urbano, e sim para o próprio bem-estar dos moradores, pensando, por exemplo, a locomoção dentro da cidade.

Relativo a altura dos prédios, constava no Plano o seguinte:

A altura dos predios é assumpto que deve ser cuidaddosamente regulamentado para cada especie de zona: de um modo geral, pode-se como boa pratica que tal altura não seja superior á distancia entre as respectivas fachadas, exigindo-se para as ruas mais estreitas os recúos mais necessarios (Plano Diretor da Cidade de Ilhéus, 1933, p. 34).

A título de comparação, pode-se destacar as similaridades entre o que se buscava com o planejamento ilheense e o planejamento fluminense. Marins (1998, p. 164) destaca: “O vasto plano de ajardinamento, retificação de ruas e abertura de avenidas, citação evidente das reformas de Paris e do Rio de Janeiro, seria implementado apenas ao longo da década de 20, e ainda assim parcialmente”. Tal trecho diz muito sobre essas similaridades, o ajardinamento citado por Marins (1998) pode ser traduzido em Ilhéus como arborização uma década depois. É possível pensar em Ilhéus, no Rio de Janeiro, em Salvador, em Belo Horizonte, e em outras cidades, capitais ou não, que passaram por transformações urbanas no início do século XX. Tais cidades podem ser compreendidas como objetos de consumo.

Marins (1998) detalha que não somente a arborização era uma questão importante para as elites republicanas, mas também o recuo das casas dentro da própria propriedade, ou seja, as casas, segundo os projetos idealizados da época, deveriam possuir um jardim à sua frente, para embelezamento e para criar uma distância maior entre a existência pública das ruas e a existência particular das casas. Para isso, então, a proposição de uma lei de recuo para garantir o seguimento dessa escolha, que não pode ser dita como inútil, mas que surgiu sobretudo por estética.

Ainda, o Plano Diretor de Ilhéus, como colocado, propunha que a altura dos prédios não fosse superior a distância entre as respectivas fachadas para cada zona. Tal proposta poderia ser interpretada como uma intenção de manter mais proporcionalidade simétrica entre as estruturas municipais, o que não pode ser considerado como um problema, mas serve de auxílio para entender certos comportamentos ideológicos da época, já que a estética ilheense, que copiava a fluminense, que por sua vez copiava a europeia, se baseava em ideologias clássicas e neoclássicas, onde tudo deveria ser reto, simétrico e proporcional, já que as mesmas (tanto ideologia quanto arquitetura) pareciam sempre buscar atingir uma perfeição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: a cidade de Ilhéus como objeto de consumo no início do século XX

O processo de modernização ocorrido no Brasil da passagem do século XIX para o século XX, no período republicano, se manifestou por meio de diferentes transformações: econômicas, sociais, urbanas e culturais. No caso deste artigo, o enfoque foi sobre as transformações urbanas ocorridas na cidade de Ilhéus no início do século XX, especialmente dos anos de 1905 a 1933, considerando dois tipos de documentos históricos, os Códigos de Posturas Municipais (dos anos de 1905 e 1908) e o Plano Diretor (do ano de 1933).

Tais documentos trazem informações sobre a organização da cidade do ponto de vista urbano, sejam a respeito de normas e regras que deveriam ser seguidas pelo público, como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, ou as regras que orientavam sobre a criação de animais; sejam a respeito de determinações que impactavam no

ordenamento urbano das ruas e avenidas, como restrições para a construção de casas e prédios.

Após a análise do conjunto de informações expostas neste trabalho, pode-se chegar a duas considerações principais: a primeira é sobre uma não diferenciação completa das transformações urbanas e sociais presentes nas capitais republicanas e na cidade de Ilhéus. As transformações urbanas manifestaram-se de diferentes formas, mas sob as mesmas influências, lideradas por elites que faziam valer seus preceitos. Pode-se afirmar fatores que diferenciaram a sociedade ilheense de outras no Brasil. Por exemplo, se em Ilhéus o cacau era a principal atividade, o Sudeste – especialmente São Paulo – era marcado pela atividade cafeeira, sendo que os ritmos de crescimento destas economias eram diferentes. A Amazônia tinha a borracha como principal atividade agropecuária, o Rio Grande do Sul possuía a pecuária. Porém, os processos de modernização e urbanização pelos quais passaram, eram parte de um projeto político nacional.

A segunda consideração é sobre as cidades serem compreendidas como objetos de consumo. As transformações urbanas, de forma a manterem as cidades modernas e urbanizadas, que tinham origem em reformas urbanas internacionais, eram transformações que faziam as cidades mais atraentes, para serem utilizadas ou consumidas por seus moradores, ou parte deles, ou ainda, por pessoas que estivessem de passagem pelas cidades. No caso específico de Ilhéus, vale ressaltar que as transformações urbanas foram pensadas para que uma elite (formada por uma fração produtora e uma fração comerciante de cacau) consumisse a cidade, ou usufruísse das transformações urbanas do período.

Apesar das especificidades de sua economia cacauzeira no início do século XX, Ilhéus estava inserida em contextos maiores, nacional e internacional que, de certa forma, influenciavam em seus costumes, como os relacionados ao ordenamento urbano, o que este artigo tentou salientar por meio de suas fontes principais, em associação com a historiografia a respeito da temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia**: Chão de Cacau – uma civilização regional. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2 ed. Tradução: Daniela Kern, Guilherme Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2011.

COSTA, Francisco Mendes; SOARES, Naisy Silva. Cacau, riqueza de pobres. *In*: COSTA, Francisco Mendes; SOARES, Naisy Silva. (Orgs.). **Cacau, riqueza de pobres**. Ilhéus: Editus, Editora da UESC, 2016.

CRUZ, Jaciane Aparecida Jesus da. **Décadas Lavigne e Pessoa**: intervenções urbanas em Ilhéus (1924-1943). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2025.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

FERREIRA, Natânia Silva. **Elite Agrária e processo de Urbanização**: o município de Varginha-MG (1882-1920). Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, Natânia Silva. A cidade como objeto de consumo – Construção do espaço urbano de Belo Horizonte. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, XIV & CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 15. **Anais...** ABPHE – Varginha, 15 a 17 de novembro de 2021.

FERREIRA, Natânia Silva. **O consumo na capital criada nos anseios da modernidade da Primeira República – Belo Horizonte (1894-1930)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **A Bahia em pedaços**. Tradução: Aloísio Santos da Cunha, Rafael Sancho Carvalho da Silva. Ilhéus, BA: Editus, 2023.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: Enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILHÉUS. **Código de Posturas Municipais de Ilhéus (1905)**, presente no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ILHÉUS. **Código de Posturas Municipais de Ilhéus (1908)**, presente no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ILHÉUS. **Jornal Correio de Ilhéus (1924)**, presente no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ILHÉUS. **Plano Diretor da Cidade de Ilhéus (1933)**, presente no Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. À guisa de introdução: Relendo as cidades... Reflexões sobre a modernidade e a civilidade. *In*: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento; SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos; SILVA, Miranice Moreira da. (Orgs.). **Cidades interioranas da Bahia**: modernidade, civilidade e sociabilidades. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

LEMOS, Celina Borges. **Antigas e novas centralidades**: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In*: NOVAIS, Fernando Antonio; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil** – Vol. 3, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. “A cidade quer luz: esperanças, limites e desencantamentos na instalação da Usina Elétrica em Alagoinhas (1929-1950). *In*: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento; SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos; SILVA, Miranice Moreira da. (Orgs.). **Cidades interioranas da Bahia**: modernidade, civilidade e sociabilidades. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **Zona do Cacau**: Introdução ao Estudo Geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, Fernando Antonio; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil** – Vol. 3, República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Antonio Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa**. 1789. Lisboa: Typographia Lacerdina. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 15 set. 2025.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana** – análise da evolução econômica de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa (Um estudo econômico das instituições)**. Tradução de Olivia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.